



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 31.00163236/2024-63
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DQ - 91.026/2024-IN

I - DA NECESSIDADE DO OBJETO

Trata os presentes autos de procedimento que tem por objeto ***Serviço de Fornecimento de Energia Elétrica*** destinada ao atendimento da demanda da Subsecretaria de Zeladoria Urbana - SUZURB da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

Conforme consta do Termo de Referência, a prestação de serviços em tela é necessária por ser indispensável para o desempenho regular das atividades da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI e suas unidades externas.

II - DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Considerando os ditames da Lei nº 14.133/2021, bem como o artigo 37, XXI, da Constituição da República de 1988, em regra, as contratações de serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações. No entanto, nos casos previstos no art. 74 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, havendo inviabilidade de competição, a licitação é inexigível. Porém, cumpre destacar que as hipóteses de inexigibilidade elencadas nos incisos do art. 74 da Lei nº 14.133/2021 são exceções e a realização da contratação direta fora daquelas discriminadas em lei poderá ser interpretada como crime nos termos do art. 337-F do Código Penal Brasileiro.

Conforme art. 72, da Lei 14.133/2021, é necessária a demonstração da razão da escolha do contratado e do preço.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, autarquia federal instituída em 1996, vinculada ao Ministério de Minas e Energia tem dentre outras funções, a responsabilidade de regular o mercado de energia elétrica no Brasil, em seus diferentes níveis (geração, transmissão, distribuição e comercialização). A União, através da ANEEL, concedeu à CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A – CEMIG D, a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica para o Estado de Minas Gerais. Conforme comprova *print* de tela pesquisada em 27/02/2024, a CEMIG é a única distribuidora que atende o Município de Belo Horizonte. O fornecimento de energia elétrica está subordinado à legislação do serviço de energia elétrica, às normas e aos regulamentos aprovados pela ANEEL.

A contratação ora proposta da CEMIG ancora-se no fato da concessionária ser a única distribuidora de energia do Estado de Minas Gerais determinada pela União. A presente contratação encontra fundamento no inciso I e §1º do Art. 74 e Art. 109 da Lei nº 14.133/21.

III - DOS PREÇOS

Conforme prevê o inciso VII, do art. 72, da Lei 14.133/2021, o processo de inexigibilidade de licitação deverá ser instruído com a justificativa dos preços, elemento essencial para a contratação.



Não obstante, tendo em vista que se trata de um processo de inexigibilidade, motivada pela inviabilidade de competição por ser o fornecedor exclusivo, a comprovação da vantajosidade dos preços por pesquisa de mercado usual não é viável, haja vista que não há como realizar o comparativo de preços com outros fornecedores.

Ademais, segundo o Termo de Referência e de acordo com a legislação vigente, as tarifas de energia aplicáveis ao fornecimento de energia elétrica regulada, de que tratará o contrato, são as que estiverem em vigor para a CEMIG D, na modalidade tarifária definida no referido contrato. Quaisquer ajustes tarifários que ocorram serão aplicados automaticamente ao fornecimento de energia elétrica de que tratará o contrato, em conformidade com a legislação específica vigente.

Além disso, o total estimado para esta contratação, por prazo indeterminado, foi aferido pelos valores reais das faturas dos meses nov/2022 à out/2023, compreendendo um o período de 12 (doze) meses, conforme planilha anexa no Termo de Referência. Cabe registrar ainda a ressalva constante no item 7 do Termo de Referência, de que os valores possuem caráter exemplificativo, podendo os mesmos serem alterados nos períodos posteriores em virtude de variação do consumo, elevação do preço da tarifa e/ou ampliação da demanda.

Assim, entendemos, smj, que se encontra comprovada a prática do preço de mercado.

IV - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL

Em todos os procedimentos administrativos, a Administração tem o dever de consultar as condições financeiras, fiscais e jurídicas do contratante, exigindo dos interessados a documentação estabelecida no art. 62 da Lei 14.133/2021. Desse modo, com intuito de garantir os princípios e ditames constitucionais, a verificação dos documentos fiscais se faz imprescindível.

Embora a legislação seja omissa quanto aos documentos que devem ser exigidos em casos de inexigibilidade de licitação, a doutrina tem entendido pela não exigência de parte desses documentos que em alguns procedimentos, exceção prevista no art. 62 da Lei 14.133/2021, também é aplicada nos casos de contratação direta.

A habilitação jurídica exigida no item 5.6.1 do Termo de Referência encontra-se com situação “aceito” no CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL DO FORNECEDOR - CRC nº87177 junto ao CAGEF/MG.

Acerca da habilitação fiscal, social e trabalhista, o cumprimento das exigências dos subitens 5.6.2.1 ao 5.6.2.5 pode ser observada através da Declaração do SICAF, emitida em 03/04/2024, estando todas em plena validade conforme declaração. A declaração exigida no item 5.6.2.6 consta com situação “aceito” CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL DO FORNECEDOR - CRC nº87177 junto ao CAGEF/MG.

Acerca da Qualificação Econômico-Financeira, foi apresentada CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA da Comarca de Belo Horizonte, com a informação de “Nada Consta”.



Dessa forma, smj, considerando os documentos de habilitação emitidos por esta Gerência de Licitações, certifica-se a regularidade e consigna-se habilitada para prestar o serviço para a Administração Pública.

V - DO PRAZO DA CONTRATAÇÃO

Conforme mencionado no Termo de Referência, a contratação da concessionária será realizada por prazo indeterminado, conforme disposto no Art. 109, da Lei 14.133/21.

A vigência por prazo indeterminado se justifica no fato da Administração Pública atuar como usuária do serviço público em regime de monopólio e a imprescindibilidade da continuidade deste serviço para o desempenho das atividades do órgão.

VI - DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado pela Diretoria de Finanças da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, pelo serviço efetivamente prestado, em até 30 (trinta) dias corridos contados da aceitação definitiva da Nota Fiscal ou documento equivalente, devidamente atestada pelo servidor responsável pela fiscalização.

VII - CONCLUSÃO

Isto posto, verifica-se que a presente demanda, por sua natureza, smj, é uma hipótese de inexigibilidade de licitação, smj, estando abarcada pelo inciso I do art. 74 da Lei nº 14.133/2021. Cabe ressaltar que, apesar das razões aqui expostas para a contratação, salienta-se que é decisão discricionária do Gestor optar pela contratação ou não, posteriormente a criteriosa análise da Assessoria Jurídica de toda a documentação acostada aos autos que instruem o presente procedimento.

Desse modo, encaminhe-se o presente processo para análise jurídica e, não havendo ressalvas a serem cumpridas, para posterior envio ao Gestor para fins de análise de conveniência e oportunidade e adjudicação e homologação da inexigibilidade de licitação em tela

Belo Horizonte, 03 de abril de 2024.

Guilherme Botelho Silva
Agente de Contratação
Portaria SMOBI nº 06/2024
Gerência de Licitações – GELIT
Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura